PREFEITURA DO
RECIFE

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 23 de dezembro de 2016

Às 9h45, do dia 23 de dezembro de 2016, no Auditório Capiba - Edifício Sede da Prefeitura do Recife – 15º andar (Av. Cais do Apolo, 925, Bairro do Recife, Recife/PE), reuniu-se o Conselho da Cidade do Recife para a 7ª Reunião Extraordinária, para tratar da seguinte pauta: Agenda para o ano de 2017 (Plenário e Câmaras Técnicas) e Composição das Câmaras Técnicas. Os nomes dos conselheiros presentes encontram-se ao final desta Ata. Iniciada a reunião, Norah Neves, Secretária Executiva do Conselho da Cidade do Recife e Diretora Presidente da URB, justificou a ausência do Presidente do Conselho, o Secretário Antônio Alexandre, que não pode participar devido à convocação do Prefeito para apresentar a reforma administrativa da Prefeitura da Cidade do Recife na coletiva de imprensa. Em seguida, sugeriu a elaboração do calendário para as reuniões em 2017, o que também foi apontado, posteriormente, pelo professor Luís de La Mora (UFPE), quando tomou a palavra, sugerindo que as pautas para as futuras reuniões também fossem definidas antecipadamente. Passou-se, então à Agenda para o ano de 2017, momento no qual foi abordada a revisão do Plano Diretor. Norah Neves (Poder Público/URB) solicitou, ainda, que as Câmaras Técnicas tivessem sua composição concluída, e lembrou que o poder público não poderá informar neste momento seus representantes, devido à mudança estrutural prevista para a Prefeitura do Recife. Giancarlo Lírios (MLRT/PE) destacou que há diversos problemas que precisam ser tratados com mais profundidade e neste momento, propôs, que houvesse uma reunião específica para discussão da Lei do Conselho. Ele sugeriu uma revisão da condição dos conselheiros, os quais não deveriam apenas opinar, mas, sim, participarem do debate dos conteúdos em análise, o que poderia aferir maior força ao Conselho. Propôs que houvesse um parecer com o jurídico da Secretaria, onde seria elaborada uma nova Lei, posteriormente encaminhada à Câmara dos Vereadores, onde seria sancionada pelo prefeito. Rudrigo Rafael (DU), por sua vez, lembrou a solicitação de extinção do CDU deliberada anteriormente por uma reconfiguração do espaço e seu amplo debate. Luís de La Mora (UFPE) falou da reconfiguração da PCR e da dispersão de Secretarias que os Conselhos não podem ficar sem força neste momento. Maria Lúcia da Silva (MNLM) reforçou a questão da eleição dos conselheiros e que estão preparados para contribuírem nos debates. Afirmou estar surpresa com a data desta reunião, já que a Prefeitura está passando por diversas mudanças estruturais e gostaria que o Secretário Planejamento Urbano Antônio Alexandre estivesse participando para lhe repassar informações referentes ao Conselho, bem como o Prefeito Geraldo Júlio, para que desse prioridade ao Conselho, por considerar a cidade um caos e pelas diferentes demandas necessárias ao debate. Norah Neves Poder Público/URB), mais uma vez, explicou a ausência do Secretário Antônio Alexandre e que ainda há possibilidade dele participar da reunião, caso a coletiva de imprensa finalize antes do término da reunião do Conselho. João Domingos (ICPS) iniciou a apresentação do Plano de Ordenamento Territorial do Recife – POT Recife, o qual prevê a revisão do Plano Diretor, a Lei de Parcelamento do Solo, bem como a Lei de Uso e Ocupação do Solo; a regulamentação de

instrumentos urbanísticos: Outorga Onerosa do Direito de Construir (ODIR), Transferência do Direito de Construir (TCD), Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória e Imposto Predial Urbano. Foram citados, ainda, os vários planos e projetos que têm interferência no POT: Recife 500 anos, Parque Capibaribe, Plano Centro Cidadão, Plano de Mobilidade, PLHIS, Plano de Reestruturação Urbana e Dinamização, Econômica e Centralidades, EIV, Diretrizes de Baixo Carbono, Mapeamento de Áreas Críticas, Plano de Drenagem, SMUP e Plano de Resíduos Sólidos. O Plano de Ordenamento Territorial do Recife está na primeira fase da ação, que é o Processo Licitatório, que terá como subsequência a elaboração do projeto. Finalizada apresentação, Leonardo Cisneiros (ouvinte), questionou se o Termo de Referência passará pelo Conselho e sobre o Estatuto da Cidade que exige participação em todas as fases do processo. João Domingos (ICPS) informou que é sigiloso por regras do Banco Mundial, entretanto, haverá participação em todo o processo. Luís de La Mora (UFPE) lembrou que, assim como o banco tem suas regras, o poder público também tem regras que necessitam ser cumpridas e debatidas com o Conselho. Propôs a montagem de um amplo debate e a composição de uma comissão de conselheiros para conduzir o debate com a comunidade e que, na próxima reunião, fosse discutida a participação dos conselheiros. Sandro Guedes (ADEMI/PE) afirmou entender as dúvidas dos conselheiros e, possivelmente, uma informação mais esclarecedora poderia resolver a polêmica instalada. Em continuidade, disse que as oportunidades que se apresentam não poderiam desperdiçar, diante de um país cansado de perder dinheiro desnecessariamente, bem como, para não se dar margem a especulações, pois nenhuma cidade do país tem dinheiro para grandes projetos. Finalizou com os parabéns a Prefeitura pelo financiamento. João Domingos (ICPS) esclareceu que o processo de elaboração do POT será iniciado com o contrato da consultoria via recursos do Bando Mundial. O município precisa cumprir, junto ao banco, alguns requisitos exigidos pelas suas normas, assim como informar questões fundamentais para que se possa realizar o processo. Giancarlo Lírios (MLRT/PE) acha que as críticas que são feitas, são construtivas e apresentam propostas para melhoria da gestão. Registra algumas inquietações como: que na posse do Conselho Municipal, foi apresentada apenas a questão do Rio Capibaribe; que as críticas também devem ser feitas no Conselho Estadual; que já ocorriam críticas anteriores referentes a projetos aprovados; que o Projeto 500 Anos foi lançado sem a participação devida dos conselheiros; que se deve mudar a lei do Conselho para que também possa participar das deliberações e, por fim, que se deveria aprovar a pauta antes do início da reunião. Norah Neves (Poder Público/URB) replicou que a ata foi comunicada no início da reunião; como ninguém se opôs, entendeu que estava aprovada. Giancarlo Lírios (MLRT/PE) esclareceu que seria a pauta para a próxima reunião. Norah Neves (Poder Público/URB) informou que a pauta não pode perder seu foco, deixando as deliberações para a próxima reunião. Simone Vasconcelos (SANEAR) fez algumas colocações: o termo de referência é elaborado por quem vai bancar e financiar, é uma construção, que no primeiro momento, é técnico, realizado por profissionais da área e que não há motivo para preocupação. Ao se referir à falta das reuniões, pediu que as pessoas chegassem pontualmente e se fizessem presentes. Rudrigo Rafael (DU) concedeu a palavra a Leonardo Cisneiros (ouvinte), que disse estar ciente do sigilo do trabalho com o banco, e por se tratar da licitação de um Plano Diretor, alegou que a constituição garante a participação de todos os cidadãos. Considerou

Sérgio Santos

que até o que será estudado, deve sim, ser acessível à população e que o sigilo do Banco Mundial fere a Constituição. João José (MLPC) lembrou que o debate foi iniciado e a pauta não foi aprovada, que os conselheiros devem ter participação e podem montar uma comissão e haver um acompanhamento coletivo, fazer fóruns abertos, colocar a pauta da participação social no contexto da política e o Conselho fazer o acompanhamento do processo, onde poderão discutir os reais problemas da cidade. Norah Neves (Poder Público/URB) tomou a palavra, pediu desculpas e solicitou a votação para aprovação de pauta proposta. Alexandre Pachêco (CENDHEC) propôs a alteração da pauta para a inclusão da discussão do processo participativo no Plano Diretor nesta reunião, que o que foi realizado até agora foram informes. João Domingos (ICPS) afirmou só estar autorizado a discutir o Plano Diretor, após a segunda fase, entretanto esclarecerá alguns pontos com o Jurídico para evitar questionamentos posteriores. Afirmou entender as preocupações de alguns conselheiros e, se por acaso for identificada alguma falha, será feita uma revisão do contrato. Ponderou que este não seria o momento conveniente para realização do debate, tendo-se em, vista não se sentir confortável antes de uma consulta ao Jurídico. Alexandre Pachêco (CENDHEC) enfatizou o pedido para inclusão do ponto à pauta da presente reunião e sugeriu se encaminhar à votação. Norah Neves (Poder Público/URB) esclareceu que a mesa já recebeu propostas de pontos para o ano seguinte (2017) e que se deveria retomar o debate da pauta proposta na convocação da reunião. Danielle Rocha (UFPE) ressaltou a importância de um processo participativo na elaboração do Termo de Referência. Na apresentação do ICPS, observou a ausência do PREZEIS, insumo fundamental para o POT. Sugeriu assim, que se definisse um dia específico para discussão do referido Plano. Eugênia Simões (SAJ) colocou que a pauta seria apresentada para o próximo ano (2017) e discorreu sobre a importância da participação popular. Afirmou que esta não é uma questão simplista, porque traz um conteúdo jurídico grande. Nessa perspectiva, não aconselhou fazer a discussão neste momento. Sandro Guedes (ADEMI/PE) mostrou-se de acordo com a criação do grupo específico, porém, ressaltou que eles já existem que são as câmaras técnicas, constituída por pessoas com conhecimentos específicos para debater cada assunto, que não caberia criar mais um "penduricalho" jurídico. Luís de La Mora (UFPE) relembrou das suas colocações anteriores - permanência da pauta inicial e inclusão da discussão do POT no Conselho. Norah Neves (Poder Público/URB) iniciou a votação: manutenção da pauta inicial ou a proposta de Alexandre Pachêco (CENDHEC) para inclusão nesta reunião da discussão do processo participativo no POT. Resultado: 16 votos para manter a pauta a 10 para modificação. Norah Neves (Poder Público/URB) consultou se alguém gostaria de fazer mais alguma proposta para a próxima reunião. João Domingos (ICPS) indagou se esse processo participativo seria em todas as ações do Conselho ou apenas para o POT. Leonardo Cisneiros com a palavra cedida por Ângela Carneiro (CAU), questionou qual será a deliberação da gestão sobre o CDU e a qual a deliberação do Conselho - consultivo/opinativo e considerou que tem ligação com as resoluções do Conselho da Cidade e que a Conferência deliberou pela volta do formato de 2013. Sandro Guedes (ADEMI/PE) defendeu que a discussão para a próxima pauta deverá ser mais objetiva e focar sobre o debate pretendido. Sugeriu destarte, que João Domingos (ICPS) fizesse um roteiro do processo mais detalhado, para depois, entrar nos pontos específicos. Giancarlo Lírios (MLRT) voltou à discussão do processo participativo do Conselho no POT e insistiu que a SEPLAN

trouxesse um parecer jurídico antes do início ao debate. Luís de La Mora (UFPE) destacou que o debate se iniciou na Conferência da Cidade, quando, por dois dias foram discutidas propostas e, ao final, votadas e aprovadas um total de dez. O professor defendeu que o que foi pensado deveria ser exposto no Conselho para que possa ser deliberado, visando dar continuando aos debates e sua finalização. Maria Lúcia da Silva (MNLM) perguntou se a próxima reunião será o dia todo ou apenas um turno, pois o tema é extenso e caberia a realização de um seminário. Concordou ainda com a proposta de Giancarlo Lírios (MLRT), porque entende que se a Lei do Conselho não for revista, será desfeita por pessoas pelo jurídico. Eugênia Simões (SAJ) elucidou a questão deliberativa, e referiu-se a Lei Orgânica do Município. Afirmou que esta não é simples como o Conselho acredita. Comprometeu-se em trazer mais informações na próxima reunião e considerou importante realizar as discussões de posse do parecer do jurídico. Rudrigo Rafael (DU) argumentou que não se deveria esquecer que os conselheiros fazem parte de um processo de participação e a atribuição inicial do Conselho é de retomar as deliberações das conferências além de que existirem outras questões, não tratadas na Conferência, mas que necessitam ser discutidas. Afirmou que se corre o risco de terminar mais uma gestão de conselheiros e não se dar andamento às resoluções votadas na Conferência. Solicitou, ainda, que na próxima reunião fossem discutidas as deliberações no que se refere à gestão democrática. Norah Neves (Poder Público/URB) tentou resumir as propostas feitas na reunião: a do professor Luís de La Mora (UFPE), ratificada por Rudrigo Rafael (DU) - discussão em relação à gestão democrática da política urbana e que tudo que for deliberado no Conselho, seja ponto de pauta; discutir como está sendo a gestão de forma mais ampla e que se apresente, na próxima reunião, o processo de construção do POT para que os conselheiros compreendam como o processo vem sendo feito; discutir a Lei do Conselho e o processo de participação no POT. Rudrigo Rafael (DU) passou a palavra a Leonardo Cisneiros, que sugeriu colocar no plenário do conselho as deliberações da conferência, verificar a composição do Conselho e do CDU e que a Câmara Técnica de Planejamento seja convocada para participar da discussão do Termo de Referência do processo licitatório do POT. Em conclusão das discussões realizadas, Norah Neves (Poder Público/URB), expôs a pauta para a 1ª reunião de 2017: Gestão democrática da política urbana (deliberações da Conferência), apresentação detalhada do POT, processo participativo do conselho no POT, propostas deliberadas na Conferência sobre gestão democrática. Alguns conselheiros julgaram que o item três deveria ser discutido na Câmara Técnica de Planejamento, Controle Urbano e Meio Ambiente. Maurício Pina (Grande Recife) manifestou seu interesse em apresentar ao Conselho a pesquisa que foi realizada na Avenida Conde da Boa Vista para subsidiar a inclusão dos BRTs. João Domingos (ICPS) considerou importante trazer os pontos discutidos na Conferência para o Conselho e sugeriu apresentar o projeto Centro Cidadão no Conselho, pois existem questões a serem abordadas e, para tal fim, propôs a realização de uma reunião específica. Norah Neves (Poder Público/URB) sugeriu a votação acerca da composição das Câmaras Técnicas, para aquelas que não têm representantes ainda. Leonardo Cisneiros (ouvinte) recomendou que fosse enviado, de imediato, aos conselheiros o parecer e que não haveria necessidade de uma reunião exclusiva para isso. Alexandre Pachêco (CENDHEC) aconselhou a elaboração de uma agenda anual do Conselho, matéria que consta no regimento interno. Norah Neves (Poder Público/URB)

concordou e informou que não poderia divulgar o agendamento, na presente data, por depender da disponibilidade do espaço. Verificando-se, que não havia mais contribuições para a pauta da primeira reunião, foram aprovados, então, os seguintes itens: gestão democrática da política urbana (deliberações da Conferência) e apresentação detalhada do POT, cuja discussão do processo participativo acontecerá na Câmara de Planejamento, Controle Urbano e Meio Ambiente. Partindo-se para o segundo ponto da pauta, Norah Neves (Poder Público/URB) propôs que as reuniões fossem realizadas a cada sessenta dias após a primeira reunião de janeiro e Ana Cláudia (SISUR), que fossem na última terça-feira do mês. Todos se manifestaram favoravelmente às proposições e Alexandre Pachêco (CENDHEC) pediu que constasse em ata como deliberação do plenário. Todos concordaram. Em seguida, a secretária executiva do Conselho comunicou que alguns segmentos constituintes das Câmaras Técnicas não indicaram ainda seus representantes. Apenas as entidades profissionais, acadêmicas, de pesquisa e conselhos profissionais com atuação na temática urbana ou ambiental e ONGs voltadas para a temática urbana ou ambiental o fizeram. Quanto ao poder público, os nomes serão comunicados, posteriormente, devido às mudanças que sobrevirão a Prefeitura do Recife. Maurício Pina (Grande Recife) comentou que cada entidade só deveria participar de uma Câmara Técnica, e Norah Neves (Poder Público/URB), por sua vez, avisou que a composição destas foi discutida na reunião anterior (04/08/2016) e o resultado enviado por e-mail aos conselheiros. Tarciana Medeiros (SEPLAN) informou que apenas um segmento respondeu. As demais não se pronunciaram. Alguns conselheiros sugeriram que a informação fosse publicada no site. Ângela Carneiro (CAU) disse que o CAU gostaria de ficar apenas na Câmara de Planejamento, Controle Urbano e Meio Ambiente e Alexandre Pachêco (CENDHEC), que o CENDHEC participará de duas: Habitação e Regularização Fundiária e Planejamento, Controle Urbano e Meio Ambiente. Norah Neves (Poder Público/URB) aconselhou que o CAU continuasse participando das outras câmaras. Ângela Carneiro (CAU) respondeu que deverá assumir nas Câmaras Técnicas da Universidade Federal de Pernambuco e que se tiver que excluir uma câmara, será a de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana, porém, ficará nas duas por enquanto. Luís de La Mora (UFPE) optou por participar na Câmara de Planejamento, Controle Urbano e Meio Ambiente e sair da Câmara de Habitação e Regularização Fundiária. Foram concedidos dez minutos para que as organizações se reunissem e conversassem para escolha de seus representantes. Rudrigo Rafael (DU) pediu questão de ordem para dizer que, na antiga configuração das Câmaras Técnicas, eram três vagas do Poder Público, duas dos movimentos, uma dos sindicatos, empresários e acadêmicos de pesquisa e que, com a reformulação do Conselho, o Poder Público retirou vagas da sociedade civil e dos movimentos e sindicatos, enquanto, anteriormente, a composição era de três para o poder público e seis da sociedade civil, assim, os movimentos sociais e sindicatos deveriam ter três vagas por causa da fusão ocorrida. Esse conselheiro, portanto, disse que a composição deveria voltar ao antigo formato. Norah Neves (Poder Público/URB) mostrou a tabela para explicar a composição, que está baseada em uma proporcionalidade, com o intuito de responder ao questionamento de Rudrigo Rafael (DU). Informou, ainda, que não foi alterada a forma como se vinham trabalhando e que, no momento, não seria possível fazer alterações por um questionamento realizado agora, pois esse tema já foi objeto de discussão precedente. Ela reivindicou voltar à pauta da presente reunião e que, se por ventura ainda existisse alguma

Sérgio Santos

proposta de mudança, que fosse discutida na reunião seguinte, tendo-se em vista o quórum insuficiente. Alexandre Pachêco (CENDHEC) retomou o assunto e declarou discordar veementemente da proporção e alegou que a composição do Conselho, não está vinculada às Câmaras Técnicas. Rudrigo Rafael (DU) disse que a alteração foi feita por parte da gestão e que se vinha trabalhando com três representantes do poder público. Se a Prefeitura do Recife tem a intenção de modificar as Câmaras Técnicas, avaliou necessária uma consulta ao Conselho em relação à nova composição. Sandro Guedes (ADEMI/PE), por sua vez, replicou dizendo que fazer essa discussão agora seria totalmente improdutiva pelo esvaziamento da reunião, mas que ela pode ser discutida depois. Norah Neves (Poder Público/URB) concordou com Sandro Guedes (ADEMI/PE) e afirmou que democracia significa organização e respeito pelas pessoas. No momento que alguém está com a palavra merece ser ouvida. Acrescentou que a reunião deve ter horário definido para início e fim. Relembrou a proposta de encaminhamento e que a reunião deve ser encerrada já que não tem quórum e que os movimentos presentes, se acharem que tem poder de inserir os representantes nas câmaras podem fazê-lo agora ou por e-mail, segundo a proposta de Alexandre Pachêco (CENDHEC). Rudrigo Rafael (DU) disse que as Câmaras Técnicas eram ponto da pauta e tudo que diz respeito deveria ser debatido, contudo estava de acordo com a proposta de encaminhamento, com quórum na próxima reunião. Norah Neves (Poder Público/URB) esclareceu que a proposta não era discutir a proporção das Câmaras, mas sim, indicar os membros dos segmentos. Rudrigo Rafael (DU) afirmou que houve alteração e se dispôs a ir mostrar sua dúvida frente ao slide. João Victor (SEPLAN) informou que houve um arredondamento de acordo com a nova composição do conselho. João Domingos (ICPC) esclareceu que existia outra forma de composição, cujo arredondamento somava dez e não nove. De acordo com a mudança na lei, a nova composição, totaliza nove. O pleito que o CAU fez estaria a mais que o percentual e se alguém quiser ceder, pode fazê-lo, mas proporcionalmente. Leonardo Cisneiros (ouvinte) propôs a verificação do quórum, aceito por Norah Neves (Poder Público/URB), que abriu a contagem e verificou-se que não haveria quórum suficiente para que se revisse a proporção. Joana Maria (CRP/PE) disse que respondeu ao e-mail e gostaria que a sua resposta anterior fosse respeitada e se houver mudanças, gostaria de saber como será. Fernando Alcântara (ICPS) solicitou que constasse em ata a verificação de quórum, que foi realizada às 12h35 da tarde, em horário extra da convocação e que o horário deve ser respeitado em seu início e término. Norah Neves (Poder Público/URB) solicitou, também, informar na ata, que o quórum para início da reunião só aconteceu às 9h40. Alexandre Pachêco (CENDHEC), por uma questão de ordem dos trabalhos, sugeriu não haverá nenhuma alteração ou votação referentes à composição das Câmaras Técnicas e caso o número total de pretendentes em participar das Câmaras ultrapassasse nove, caberia ao plenário decidir sua composição, dada prioridade aos conselheiros que tenham maior identificação com sua temática, o que seria decidido em plenária da próxima reunião. Vânia Avelar (IAB) solicitou o registro em ata, que na assembleia anterior, falou da questão da região metropolitana e da participação de direito do Condepe/Fidem, efetivamente o órgão responsável pela região metropolitana. Norah Neves (Poder Público/URB) encerrou a reunião às 12h39, informando que em janeiro, provavelmente no dia trinta e um, será a primeira reunião do ano. Sem mais nada a acrescentar, eu, Carlos Alberto Carneiro, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos conselheiros presentes. Recife, 23 de dezembro de 2016.

Sérgio Santos

Alexandre Pachêco (CENDHEC)	
Ana Cláudia Mota (Poder Público / SISUR)	
Ângela Carneiro (CAU)	
Augusto Semente (Movimento em defesa da Mata Engenho Uchôa)	
Brena Paes (Fecomércio PE)	
Cezar Augusto Saraiva (Poder Público / ICPS)	
Danielle Rocha (UFPE)	
Degenildo Trajano (PREZEIS)	
Élida Santos (Poder Público/EMLURB)	
Eugênia Simões (Poder Público/SAJ)	
Fernando Alcântara (Poder Público / ICPS)	
Giancarlo Lírios (MLRT)	
Hélder Mendes (SECOVI/PE)	
Joana Maria da Silva (CRP/PE)	
João Domingos (Poder Público/ICPS)	
João José Silva (MLPC)	
Luís De La Mora (UFPE)	
Maria Cecília (Poder Público / DPPC)	
Maria da Glória Brandão (Poder Público/SMAS)	
Maria do Carmo Martins (Movimento de Luta pelos Bairros, Vilas e Favelas)	
Maria Helena Pereira (Poder Público/ICPS)	
Maria Lúcia da Silva (MNLM)	
Maurício Pina (Poder Público / Grande Recife)	
Noé Barros (IAB/PE)	

Norah Neves (Poder Público/URB)	
Rafael de Biase (OAB)	
Rudrigo Rafael Souza (DU)	
Salvelina Mendonça (MNU)	
Sandra Nunes (Poder Público/SEMOC)	
Sandro Ricardo (ADEMI/PE)	
Sérgio Xavier (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental)	Sérgio Xavier dos Santos
Severino José Alves (SINTRACI)	
Sideney Schreiner (Poder Público/ICPS)	
Simone Vasconcelos (Poder Público / SANEAR)	
Tatiana Roberta Pires (Associação Progredir Vidas)	Tatiana Roberta Pires Pota da Silva.
Ubiratan Silva (UNMP)	
Vânia Avelar (IAB/PE)	